

# Notícias de Barcelos

Director e Proprietário—João Batista da Silva Corrêa

Redacção e Administração

LARGO JOSÉ NOVAIS N.º 8  
BARCELOS

EDITOR—ANIBAL BELEZA FERRAZ

PUBLICA-SE A'S QUINTAS-FEIRAS

Composição e Impressão

TIPOGRAFIA MARINHO  
Telefone 123—BARCELOS

## O GOVERNO PORTUGUES CORTOU AS RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM A CHECO-ESLOVAQUIA

Publicamos a seguir a nota officiosa do Ministério dos Negócios Estrangeiros que anuncia o corte das relações diplomáticas com a Checo-Eslováquia.

É mais um documento que atestará aos vindouros a gerência formidável e gloriosa de Salazar à frente dos destinos do país.

Nenhum português pode deixar de vibrar de contentamento e de alegria ao ler essa nota.

Por ela, todos podem ver que Salazar não consentiu que atingissem a Nação no que ela tem de mais caro — o seu brio, a honra da sua palavra.

Este acontecimento que foi de enorme repercussão internacional, se tem dado aso a que os amigos da Rússia, surpresos pela firmeza da nossa atitude a queiram diminuir afirmando hipocritamente que agimos às ordens doutros a imprensa honesta e os correntes de opinião honestas também doutros países, não deixam de aplaudir a nossa atitude.

Os próprios homens do governo Checo, não podendo rebater como falsas as razões do nosso governo, não tem deixado de apresentar razões tardias que de cada vez mais e mais, confirmam a inspiração soviética.

«Notícias de Barcelos» arquivando nas suas colunas tão notável documento recomenda a sua leitura a todos os seus leitores.

«No prosseguimento do plano de rearmamento do Exército português que, há mais de dois anos, é sabido, por nacionais e estrangeiros, ocupar o Governo de Portugal, dirigiu este convite às principais fábricas da especialidade para que apresentassem propostas de fornecimento de determinado número de metralhadoras. Um dos concorrentes foi a fábrica Ceskolovenska Zbrojovka, praticamente estabelecimento do Estado Checo-Eslovaco, o que desde já deve ser acentuado.

Foram as metralhadoras checas as preferidas, não porque outras não as iguallassem em condições técnicas e de preço, mas atendendo, principalmente, aos prazos de entrega da encomenda.

Decorreram, sem incidente que mereça ser referido, as negociações com o estabelecimento do Estado checo. Apenas algumas dúvidas que, à luz dos factos posteriores, poderão ser interpretadas como pretextos para demoras. Findas as negociações, os directores da fábrica pediram uma declaração escrita de que o armamento era exclusivamente destinado ao Exército português. Foi satisfeito o pedido e feita a declaração, por escrito, em carta do Sub-Secretário de Estado da Guerra.

Preparada a minuta do contrato, dispunha-se o Governo Português a assiná-lo e a solicitar do Governo checo a garantia de licença de exportação, formalidade invariavelmente exigida em todos os contratos desta natureza, quando, em 23 de Julho último, a direcção da fábrica se dirigiu à legação de Portugal em Praga e a informou de que o Governo checo negara à fábrica, desde o dia 12, autorização para a exportação de armamento, invocando, como fundamento da sua resolução, a atitude de Portu-

gal na questão do acôrdo de não-intervenção relativo à guerra de Espanha.

A notícia da recusa era de surpreender, tratando-se de negociações feitas com um estabelecimento do próprio Estado checo com o qual, por isso mesmo, o Governo Português tratara em plena confiança. E ainda mais de surpreender por não ter havido a mais pequena prevenção do Governo checo ao Governo Português, quer por intermédio da nossa legação em Praga, quer pelo da legação checa em Lisboa, devendo, aliás, supôr-se que o governo checo conhecia desde há muito o contrato, pois algumas das suas cláusulas dificilmente poderiam ser aceites pela fábrica sem a sua anuência. O fundamento alegado êsse era incompreensível.

### O Governo checo recusa autorização para a saída das metralhadoras, apresentando um primeiro pretexto

Sem aceitar por definitiva a informação que lhe era dada, dirigiu-se o ministro de Portugal em Praga ao Ministério dos Negócios Estrangeiros checo para esclarecer o caso. Ali, foi-lhe confirmada pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, a resolução do Governo checo. Como fundamento da mesma, apresentou aquêlê Ministro, ao representante de Portugal, uma única razão: os compromissos assumidos pelo governo checo em virtude dos acordos de Londres que o obrigavam a não fornecer armamento directa ou indirectamente a nenhuma das partes em luta em Espanha. Em defeza desta atitude, o Ministério dos Negócios Estrangeiros checo invocava um único precedente—a recusa que havia sido dada a um fornecimento de armas pedido pelo México e que se receara fôsse cedido a um dos partidos em Espanha.

Referidos para Lisboa, os factos, ao Governo, e em seguimento às objecções que desde logo haviam sido feitas pelo representante de Portugal, sobre a inadmissível suspeição que êles envolviam, deu o Governo Português instruções ao seu ministro para que dirigisse uma nota ao Governo checo rebatendo a atitude dêste. Nessa nota, datada de 30 de Julho, o Governo Português observava que os compromissos da Checo-Eslováquia pelo acôrdo de Londres eram os mesmos de Portugal, igualmente parte no acôrdo, e que a invocação feita do exemplo do México caía pela base visto que a situação dêste último país não podia ser equiparada à de Portugal, pois o México não era parte no acôrdo de não-intervenção, e, pelo contrário, afirmara sempre o seu direito de fornecer armas e todo o auxílio possível ao denominado governo de Valência. Portugal era parte no acôrdo e digna e fielmente o cumpria. Contra nós nenhuma acusação fôra levada a Londres, e, no próprio Parlamento britânico, a correcção do nosso procedimento fôra reconhecida.

Mas o Governo Português viu, desde 1-go, o verdadeiro significado

da atitude do Governo checo e nela percebeu a influência e pressão de quem tem interesse em impedir ou estorvar o nosso rearmamento. Por isso, declarou, na sua nota, que a persistir a atitude assumida para com êle, o Governo Português teria de tirar dela tôdas as necessárias consequências para as relações dos dois países.

Isto mesmo foi lealmente dito ao Ministro checo em Lisboa que de tudo se mostrava desconhecedor.

### O Governo checo apresenta, sucessivamente, novos motivos para a sua atitude

Em nova entrevista com o Ministro dos Negócios Estrangeiros checo, sr. Krofta, para entrega da nota, ouviu, com surpresa, o representante de Portugal explicações diferentes das que lhe haviam sido dadas primeiramente. Tratava-se, foi-lhe dito, de uma medida de ordem geral abrangendo tôda e qualquer exportação de armamento; tôdas as autorizações para êsse fim só poderiam ser dadas depois de terminada a guerra civil em Espanha.

Preguntando o Ministro de Portugal qual a data de tal resolução e quais os países a que fôra aplicada, não pôde obter que lhe fôsse dada a resposta precisa que tinha direito de esperar.

Ainda em outra entrevista no Ministério dos Negócios Estrangeiros checo foi a questão posta de nova forma. Pedia-se a garantia do Governo Português de que não cederia às partes em Espanha nem as armas compradas à Checo-Eslováquia nem as que ficassem disponíveis no Exército português por virtude daquela aquisição.

### Considerações de ordem interna ou pressão de terceira potência?

Era por demais evidente o propósito puramente dilatatório que inspirava

a atitude do Governo checo, a não ser interpretá-la por ofensiva. Por isso e porque importantes interesses de Portugal, do seu Exército, e da sua defeza não poderiam ficar, indefinidamente, sacrificados ao procedimento que, por considerações de ordem interna ou por pressão sobre êle exercida por terceira Potência, o Governo checo decidiu adoptar para com Portugal, fez o Governo Português notificar ao Gabinete de Praga que, se até o dia 5 de Agosto inclusivê, não recebesse do Governo checo resposta favorável quanto à exportação do armamento, teríamos por entendido que o Governo de Praga mantinha a sua recusa. Daí tirariamos as devidas consequências tanto no que se refere aos compromissos do contrato como às relações com o Governo checo, dadas as circunstâncias em que o incidente se produziu.

Para que em outros concursos abertos pelo Estado Português a que fôsem, porventura, concorrentes casas checas, não corrêssemos o risco de virmos a achar-nos em situação parecida, o Governo mandou excluir, até nova ordem, dos concursos do Estado as casas de nacionalidade checa.

Entretanto, e embora considerasse infundado o pedido de garantia acima referido formulado ao Governo Português, o Ministro em Praga foi encarregado de declarar o seguinte: O Governo Português julga-se obrigado, pelo acôrdo de não-intervenção, a não fornecer e, portanto, a não ceder a uma ou outra das partes em Espanha qualquer armamento existente no seu Exército ou que para êste venha a adquirir. Afigura-se-lhe que esta é a única garantia assumida perante todos e cada um dos países participantes do acôrdo. Não tem, por isso, dúvida em repetir individualmente ao Governo checo o que colectivamente a todos já disse, e por todos também foi dito.

Continua na 4.ª página

## AGRADECIMENTO DO SR. DR. OLIVEIRA SALAZAR

Vai ser impossível evitar numerosas faltas no agradecimento directo às pessoas e colectividades nacionais e estrangeiras que tiveram a bondade ou simplesmente julgaram ser seu dever apresentar-me cumprimentos pelo malogro do atentado de 4 de Julho. Alguns telegramas e cartões se haverão extraviado, de muitas pessoas ignora-se a residência, muitas outras entenderam valorizar o seu protesto ou os sentimentos encobrindo mesmo quem eram, ou não dando a perceber que existiam.

De algum modo, confessando a impossibilidade de cumprir me desculpo das faltas e agradeço a todos: artigos de imprensa, protestos, alegrias, receios, cuidados, conselhos de gente idosa, ingenuidades infantis; lágrimas, estima, orações, votos, rosas dos melhores jardins e santos das maiores devoções—e acima de tudo, empolgante vibração da alma portuguesa aqui e no ultramar, certamente injustificada e excessiva no que teve de preocupação nacional, mas nem por isso menos verdadeiro. En-

grandeceram-na ainda, na inteira compreensão do seu significado, muitas pessoas e colectividades de países estrangeiros; a ela se juntaram com simpatia as colonias estrangeiras em Portugal e com devoção as colonias portuguesas noutras nações, desde as mais numerosas da América às mais modestas de outros pontos do globo, comungando com todos nós no mesmo amor ao bom nome e engrandecimento da Pátria. A todos o mais profundo reconhecimento, só especializando porque é dever e exigência do coração as ilustres senhoras, que se lembraram de piedosamente encobrir com rosas alguns espinhos, os que não tendo posses para mandar flores me enviaram as flores dos seus filhos, e a grande massa dos desconhecidos e humildes, gente simples do povo que nada espera, pouco recebe, e tudo dá, desentranhando tesouros das profundezas da sua alma sã.

20-8-1937.

a) Oliveira Salazar

## Cartas Espirituais

XXVI

Querida amiga:

Noticiaram há dias os jornais, que o eminente sabio fisiologista Alexis Carrel, da progressiva e civilizada Norte-América, inventou o coração artificial, que ha-de substituir, num proximo futuro, todas as funções fisiológicas deste grande regulador da vida humana!

A ser verdadeiro este fenomenal invento anatómico, o mundo fisico como o mundo moral vão passar por uma grande transformação e reforma dos costumes. Se até aqui, boa e querida amiga, os homens, (e as mulheres tambem) com o coração que Deus lhes deu, feito á sua imagem e semelhança são deshumanos e invejosos como Cain, o que acontecerá com aqueles ou aquelas que sejam possuidores dum desses corações de *metal* ou *cautechu*, insensíveis á dor e ao prazer, á harmonia e beleza dos ritmos, da musica e do canto numa palavra: a todas as manifestações psíquicas, de que o nosso coração é um delicado transmissor e receptor dos mais puros ideais do pensamento humano?!

Quanto a mim, querida amiga, esta pseudo descoberta não passa duma ironia sangrenta, dum sarcasmo irreverente e subtil deste médico inventor, para vir dizer ao mundo, que a sociedade está enferma, que a consciencia humana sofre duma grave crise moral e religiosa a ponto de lhe fazer parar, insensibilizar o principal órgão da vida—o coração.

Corações de ferro, corações de bronze, corações frios, corações duros, há muitos; o que não há, o que é raro e difficil encontrar nos tempos presentes, são corações de ouro...

Sim, minha boa e querida amiga: vai por esse mundo além uma onda de sangue e lama, de crimes graves, repugnantes, que fazem lembrar o castigo sofrido pelos habitantes das cidades malditas de Sodoma e Gomorra, que foram queimados e reduzidos a cinzas pelo fogo purificador do enxofre!

Já não te quero falar nas guerras punicas e fraticidas, cujo egoismo e ambições dos homens estão pondo o mundo e as Nações a ferro e fogo. Falo-te, sim, querida amiga, dos crimes passionais, onde o odio e a vingança dos sádicos algoses faisca com relampagos e fulmina como ao raios. Falo-te desses crimes sem conta, graves e abomináveis, que os jornais vão registando dia a dia, adentro das fronteiras do nosso querido Portugal, que é Terra de Santa Maria.

Não! Já não há respeito pela vida humana. Hoje, mata-se um homem, uma mulher, uma criança tal como um magarefe abate uma rez no matadouro ou um caçador uma peça de caça num simples desporto venatório!...

Os mais variados e monstruosos crimes de homicidio, parricidio, matricidio filicidio e até de lenocinio, crimes graves, de repugnante e degradante hediondez fazem descer os homens (e certas mulheres tambem) á mais infima escala dos animais, colocando-os entre as bestas e as feras...

...Mas, a que propósito levei eu tão longe estas aborrecidas considerações?

Já sei, querida amiga: Tudo isto me foi sugerido pela leitura duma interessante carta anónima, que vim encontrar na minha caixa do correio, no regresso da tua poética e romanesca aldeia, de cujas noites luarentes conservo gratas e saudosas recordações.

As palavras são com as cerejas, pois foram elas—as palavras—que me fizeram mudar o rumo das ideias e do saboroso acepipe espiritual, que já estava cosinhado e pronto para servir a tua *guloseima*.

A carta do meu desconhecido anónimo é bem uma pintura dos costumes duma sociedade em decomposição, que

## Revista aos fundamentos da Fé

XII

## A origem e sucessão da vida proclamam a existência de Deus

Havendo tantas coisas no mundo e nascendo umas das outras, necessariamente devem ter um princípio, o qual só pode ser Deus (argumento popular tradicional).

## A vida e as diversas idades geológicas

A classificação das épocas geológicas, tornando como ponto de referência a vida, são mais uma demonstração técnica, de que a *vida teve começo sobre a terra*.

Esta classificação distingue os seguintes períodos: azoico, paleozoico, mesozoico e cenozoico.

**Período azoico.** É caracterizado—como o indica a etimologia desta palavra grega—pela ausência de vida.

Este período corresponde aos dois primeiros dias ou épocas da *semana moisaica da criação* (no 1.º fez Deus a luz, no 2.º o firmamento...) em que o autor sagrado não fala em seres vivos. Este período azoico (falho de viventes) coincide, em linguagem geológica, com a *época primitiva*, durante a qual a terra, passando do estado *estelar ao planetário*, começou a solidificar-se á superfície pelo resfriamento. As rochas assim solidificadas, formaram a primitiva *crôsta* ou *casca sólida* do nosso glôbo. Foram resultantes da solidificação das matérias liquefeitas, ainda ardentes, *igneas*, que formavam o nosso glôbo, primitivamente incandescente; ou então provenientes daquela massa incandescente, que, projectada do núcleo central em fusão, vinha, através de mil fendas, trasbordar e solidificar-se sobre a rija e frágil *crôsta primitiva*.

Amostras de rochas da *época primitiva* têm-las, nos granitos, pórfiros, basaltos, gueis e outras rochas cristalinas, compactas, aflorando á vista em muitos pontos, e que constituem o esqueleto rigo da *casca sólida* do nosso planeta.

Ora a vida organica era impossivel nesta longa *época primitiva* cujas rochas se chamam *plutónicas, ignias, eruptivas, cristalinas*, precisamente por terem sido formadas sob um ca-

lor formidavel, e entre fenómenos electricos e químicos violentissimos,—tudo incompativel com a vida. Pelo que este período geológico é justamente chamado *azoico*, ou seja, desprovido de seres vivos.

**Período paleozoico.** É nêle que apareceram os primeiros seres viventes: fetos, musgos, o equisetum, os ginospermas e outros vegetais rudimentares; alguns batráquios, anfíbios e peixes, entre os animais.

A este período se pode referir o *terceiro dia moisaico*, em que o sagrado agiôgrafo já alude ás primeiras manifestações da vida: herba verde e árvores. Este período corresponde á *época primária* dos terrenos sedimentares ou estratificados.

A *Paleontologia*, em confirmação, vêm revelando, nessa época geológica, os *fosséis* da primeira flora e fauna rudimentares.

**Período mesozoico.** Corresponde ao *quinto dia do Génesis* e á *época secundária* da geologia. Este período é caracterizado por uma prodigiosa abundância da vida animal, em que se destacam os enormes reptis, armados de terríveis meios de ataque e destruição.

**Período cenozoico** (vida em toda a comunidade das formas). É o *sexto dia do Génesis*, e abrange as épocas *terciária e quaternária* dos geólogos. Desenvolve-se então, em toda a pujança e variedade, a vida vegetativa e animal, nas águas, em terra, no ar.

## Em conclusão

A *história bíblica* e os *dados científicos*—nomeadamente a Geologia e a Paleontologia—são concordes em assegurar que a sequencia cronológica de Moisés é rigorosa; que na Terra, emergindo do caos, se formou primeiro o reino inorgânico, seguido do vegetal e do animal, coroado do homem; que a vida teve começo sobre a terra.

V. A.

## Retiro espiritual

Na casa da Gandra, arredores do Porto, realiza-se nos dias 27 a 31 do mês corrente, um retiro espiritual para homens.

—Quaisquer informações podem ser pedidas na capelinha de S. José.

## Grupo excursionista "PARODISTAS DE BARCELOS,"

No próximo domingo, o grupo excursionista «Parodistas de Barcelos», da Rua Miguel Bombarda, realiza o seu passeio anual, visitando o Alto Minho.

ele soube focar com mão de mestre. Tem paciencia; irá junta com outra da Tua Amiga

Maria Salomé

P. S.—Não tenho por costume rectificar os erros e gralhas que a revisão e composição deixam passar por minha conta e risco; A tua inteligente perspicacia melhor do que eu sabe corrigir esses pequenos defeitos. Porém, aquele *Sal* transformado em *sol*, desfigurou a parábola do Sermão da Montanha. Seja tudo em desconto dos meus pecados...

M. S.

## CASAMENTO

Na igreja Matriz, consorciou-se no passado dia 14 o nosso amigo sr. António Tóres Matos, estimado empregado dos Armazens S. Tiago, Ld.ª, filho da sr.ª D. Maria Rodrigues Tóres Matos e do sr. Arnindo de Azevedo Matos já falecido, com a sr.ª D. Rosa da Conceição Sá Cerqueira, simpática filha da sr.ª D. Aida da Conceição Sá Cerqueira e do sr. Júlio Faria Cerqueira, farmacêutico em Ponte do Lima.

Serviram de padrinhos por parte da noiva, sua tia, a sr.ª D. Maria Luiza Sá Ferreira e seu pai e, por parte do noivo, sua mãe, e seu tio, o sr. dr. Francisco Rodrigues Tóres, illustre Sub-delegado de Saúde.

As alianças foram conduzidas pela simpática menina Maria do Carmo, sobrinha do noivo e filho do nosso amigo sr. Joaquim Macedo Gaio.

Com a assistência de numerosos convidados, em casa dos tios da noiva, o nosso amigo sr. Manuel Luiz Ferreira Júnior e Sr.ª D. Maria Luiza Sá Ferreira, foi servido um delicioso copo de água.

—Que os noivos tenham uma perene lua de mel, são os votos sinceros do «Noticias de Barcelos».

Este número foi visado pela Comissão de Censura

## Peregrinação á FRANQUEIRA

Contrariamente ao que tínhamos anunciado não se eleva este ano o monumento da Franqueira em 3 metros. Dificuldades inesperadas e surgidas á última hora, impossibilitaram a Comissão da Franqueira de proceder a esse trabalho a tempo de ficar concluído antes de Peregrinação. Está resolvido fazê-lo: é, portanto, uma questão de tempo e nada mais.

Um barcelense, há vinte e seis anos por terras do Brazil, enviou com uma amável dedicatória, um exemplar do número único «Minho» comemorativo da fundação da Casa do Minho no Rio de Janeiro, á Confraria da Franqueira. Colaborado por escritores illustres, minhotos e barcelenses bem conhecidos, esse número com diversos artigos sobre a nossa terra, Castelo de Faria e Franqueira, traduz bem o sentimento patriótico e bairrista de quantos, em terras distantes, sentem clamente a nostalgia da Pátria, da terra que lhes deu o ser. Bem haja esse barcelense pela feliz lembrança da sua oferta.

Brevemente vão ser distribuídos programas da peregrinação á Franqueira, expondo detalhadamente todas as cerimónias e actos concernentes a tam importante festa religiosa que se realiza no dia 12 de Setembro próximo, precedida de uma procissão de velas para condução da imagem da Senhora da Franqueira para a igreja de S. Paio.

As pessoas que desejem instalar toldos no monte da Franqueira, devem dirigir-se ao vogal da Confraria, Sr. Manuel Francisco Alves, de Carvalhal, que prontamente as atenderá. Qualquer outro assunto respeitante á peregrinação deve ser comunicado ao Sr. Domingos Ferreira Vale, desta cidade.

A Confraria da Franqueira conta para cima de mil irmãos espalhados por todo o concelho. A cota anual de cada um, \$40, é verba insignificante para qualquer bolsa. A íoia de entrada, variável conforme a idade, é também pequena. Muitos poucos, porém, fazem um muito. Por isso a Confraria da Franqueira pede a todas as pessoas religiosas que se inscrevem como irmãos, para ajudarem, a trôco de uma insignificância, as obras que ali se veem realizando, e para maior brilhantismo do culto. Qualquer dos membros da Comissão Administrativa dará os esclarecimentos necessários.

A Confraria da Franqueira pede aos seus mordomos nas diversas freguesias a fineza de se entenderem sobre assuntos que lhes dizem respeito, com o Secretário da mesma, na Companhia Editora do Minho, ou então comparecerem na sacristia da capela da Franqueira no dia da peregrinação. As pessoas que não queiram continuar a desempenhar essas funções devem comunicá-lo, para se convidarem outras. Seria, porém, de desejar que todos continuassem a prestar á Franqueira o concurso que devotada e desinteressadamente lhe vêm prestando.

S.

## EXAMES

No liceu de Braga, concluíram o 1.º ciclo (3.º ano) os seguintes alunos do colégio Alcades de Faria:

Carlos Eduardo Matos Viana Lopes, Aires Pinho Ferreira de Azevedo, Maurício Sarmento Padrão, Artur Gabriel Viana Queiroz, José Furtado de Castro, José António Fialho Macedo, Joaquim Coelho da Cunha, Arnindo Pereira Pimenta, Abel da Silva Oliveira e Maria Amália Pinto Rosa Vasconcelos.

—Aos inteligentes académicos, assim como ás suas Ex.ªs famílias, os nossos parabens.

## NOTAS DE LISBOA

16 DE AGOSTO

Nos primeiros domingos de Outubro do ano corrente, vão fazer-se as eleições das juntas de freguesia, conforme o dispõe o actual Código Administrativo.

Também conforme dispõe o mesmo Código, de harmonia com a letra da Constituição, o direito de eleger as juntas de freguesia—direito que se exerce de três em três anos—pertence privativamente ás famílias representadas pelos seus chefes.

São considerados chefes de família, para o exercício dêsse direito: o cidadão português, com família legitimamente constituída que viva com êle e comunhão de mesa de habitação, e sob a sua autoridade; a mulher portuguesa, viúva, divorciada ou judicialmente separada de pessoa e bens, ou solteira, maior ou emancipada, quando de reconhecida idoneidade moral, que viva inteiramente sobre si e tenha a seu cargo ascendentes, descendentes ou colaterais; e o cidadão português, maior ou emancipado, com mesa, habitação e lar próprio.

Não são quaisquer eleições as que se vão fazer em Outubro próximo; nem quaisquer eleições de hoje, dentro do Estado Novo, são as eleições do caciquismo político de outros tempos. Precisamos de ter esta diferença bem medida pelos olhos dentro, para que não haja comodistas, que não estão para votar, e para que se vote com a consciência do direito e do dever de votar, como se impõe na orgânica do Estado Novo.

O eleitor, dentro do Estado Novo, é livre e não coagido a exercer o seu direito de voto; mas (também dentro do Estado Novo) se não há liberdade sem limites, a liberdade do eleitor não pode contrariar os fins constitucionais da eleição—fins que dão à eleição, seja qual fôr, uma feição só de interesse nacional.

A freguesia é o agregado de famílias que, dentro do território municipal, desenvolve uma acção social comum; logo, as juntas de freguesia, eleitas pelos chefes dessas famílias, são as suas naturais representantes, e não existem senão para amparar, orientar e fomentar a acção social comum das famílias que constituem a freguesia.

Daqui se conclue já a importância das eleições de Outubro do corrente ano, as quais, confiadas aos chefes de família, hão-de formar as juntas de freguesia, básico na orgânica administrativa da Nação, e com base na—família.

Mas vai mais longe ainda a importância dessas eleições, pois que um dos órgãos da administração municipal é a assembleia dos homens bons, o conselho municipal, com a sua função moderadora na administração. Ora, neste conselho entram também representantes das juntas de freguesia, além dos representantes dos organismos corporativos morais e económicos.

Exige-se que os componentes do Conselho Municipal sejam, como dissemos, os homens bons, os homens de ordem e trabalho, do respectivo concelho. Daqui se vê, portanto, que não devem ser outros, tanto os que elegem as juntas de freguesia, que se hão-de representar naquele conselho, como os eleitos para as ditas juntas.

Conclusão de tudo isto: Os chefes de família, os que, segundo a lei, assim são considerados para eleger as juntas de freguesia—têm o dever de competir-se das responsabilidades do seu voto, e de saber corresponder à justiça e ao empenho com que o Estado Novo integrou a família na organização administrativa do País—dando com seu voto de homens bons, homens de ordem e trabalho, e respeitadores dos princípios constitucionais do Estado Novo—os homens bons de que as juntas de frê-

## Campanha anti-comunista

## O pacifismo de Estaline

Enquanto os agentes do «Komin-tern» não se cansam de fazer propaganda pacifista... fora da U. R. S. S., tentando infiltrar o vírus pacifista no próprio seio do exército e da marinha dos países considerados capitalistas—os russos são educados na mística militarista de ser necessário espalhar pelo mundo a ideologia comunista que, presentemente, é, na realidade, imperialista. A U. R. S. S. conta doze milhões e meio de homens treinados na arte de guerra; as despesas com êsse exército e o respectivo armamento atingem quarenta por cento da receita total do povo russo: isto é, mais de vinte e um biliões de rublos! Nenhum país do mundo gasta, com fins imperialistas, tão grande percentagem da receita total do povo.

Diz-se que a Alemanha sacrifica a manteiga pelos canhões. A União Soviética não só sacrifica a manteiga—que é coisa de que a maioria do seu povo ignora o sabor—mas também o pão. Uma das causas da grande miséria do povo russo é o imperialismo de Estaline—o sonho judaico de dominar o universo e explorar todos os outros povos.

## As estatísticas soviéticas

Muita gente fala nos progressos da U. R. S. S., baseando-se nas estatísticas oficiais. A respeito delas pode dizer-se, com razão, parodiando um economista célebre: *os números servem para mentir com aparência de objectividade.*

O dirigente bolchevista Kuibischef escreveu: «A informação bolchevista é, em primeiro lugar, agitação. Não é representação objectiva e incolor dos factos».

Incolor? Ou, antes, vermelha?

E, ainda a propósito de estatísticas, lembremos que Estaline declarou, no seu discurso de Abril de 1929, que «as estatísticas agrícolas são as *menos satisfatórias* de todas as estatísticas soviéticas».

O *italico* é nosso; o «*menos*» é de Estaline...

## Como se faz a divisão comunista

Diz o povo, referindo-se ao comunismo dos militantes: o que é teu, é meu; o que é meu, é meu e só meu. Na U. R. S. S. assim entendem os chefes. Ficam com tudo a que podem deitar mão, pouco se importando com o povo na agonia. O jornal «Pravda» publicou uma caricatura mostrando

dois bonzos a discutirem a distribuição dos poucos sacos de géneros alimentícios que a produção, desorganizada pelo comunismo, tinha dado, enquanto um terceiro bonzo diz ao povo que dali nada espere receber.

Divisão? Nada disso... Apenas uma diferença de operação: simplesmente—uma subtração.

## A guerra á igreja, em Espanha

A doutrina comunista, que assenta apenas sobre negações, nega, como é sabido, a existência da alma. E ordena, consequentemente, a luta feroz contra toda a religião. Não se trata de um movimento anti-clerical mas sim anti-Deus.

Em Espanha, sob as garras dos agentes soviéticos, tem-se verificado uma vez mais tal ódio. Não falamos já nos morticínios de bispos, frades e freiras e de todos quantos não ocultam a sua crença. A sanha anti-religiosa dos comunistas vai ao ponto de destruírem tudo o que pode representar imagens da fé cristã.

Entretanto, na S. D. N. o Snr. Alvarez del Vayo, ao precisar os limites da revolução, compromete-se a estabelecer o culto católico, após a vitória (!) dos comunistas. E' claro que estas promessas—para inglês ver...—desgostaram profundamente os anarquistas que no seu órgão de Barcelona, a «*olidariedad Obrera*», classificam del Vayo de *grande humorista* e proclamam bem alto a destruição dos templos.

E, para que se saiba a proveniência de tais ideas, basta lembrar que no dia 21 de Agosto de 1936 o posto moscovita de rádio aconselhava, em espanhol: «*Matai todos os padres!*» Esta frase, textual, foi acompanhada de insultos à religião, acusada de causadora de todos os males reais e imaginários do povo espanhol.

Depois disso, tem continuado Moscovo a excitar as multidões para o assassinio e a destruição. Ultimamente, tem até pedido o fuzilamento dos comunistas fora da *linha geral*, estando entre êstes incluído André Nin que, há poucos meses foi Ministro da Justiça do Governo de Barcelona.

Quem manda matar, incendiar e destruir... reduzir a nada a cultura espanhola? Rádio Moscovo responde...

## Regresso ao passado

Nos primeiros tempos que se seguiram à revolução bolchevista, aboliram os comunistas as gorjetas, porque as consideravam uma esmola ofensiva da

dignidade e do brio dos «camaradas». Presentemente, vê-se, em todos os hotéis, os porteiros e criados estender descaradamente a mão à caridade.

Acabaram também com as criadas. Tempos depois, apareceram sob o pomposo rótulo de *operárias de serviço interno*. Segundo noticia «*Izvestia*» no seu número de 9 de Março de 1936, as novas casas para a nova burguesia vão ter também um quarto para criadas. Afinal, voltamos à antiga.

Na verdade, da revolução bolchevista, depois da contra-revolução de Estaline, ficam apenas algumas designações novas para coisas velhas. Em vez de Czar Nicolau, temos camarada Estaline. O lugar da antiga aristocracia é ocupado pelos amigos e parentes do novo imperador, na maioria georgianos e judeus. As criadas chamam operárias de serviço interno, e aos criados, em vez de os denominar, como antigamente, *cheloviek* (homem) ou *maltchic* (rapaz), tratam-nos por «*camarada*». Mas as diferenças sociais são exactamente as do passado... E temos, finalmente, a designação mais falsa de todas: designar por internacionalismo comunista o imperialismo moscovita.

## Estaline contra o comunismo

O Czar Vermelho, no discurso proferido em Março, na reunião do «Comité» do Partido Comunista, estranha que o partido e a policia não tenham começado, há mais tempo, a luta contra os contra-revolucionários *trotskyistas* e *zinovievistas* e confessa que estavam, nas mãos dêstes, cargos importantes.

Esta última fase da luta de Estaline contra a velha guarda do partido define, bem nitidamente, o combate do imperialista Estaline contra os comunistas internacionalistas. Dos companheiros de Lenine, restam só dois: o próprio Estaline e o inofensivo Kalenine. Todos os outros são contra-revolucionários.

Se não aceitarmos a infalibilidade do ditador vermelho, em face dos factos e da categoria dos acusados de contra-revolução, temos de reconhecer que quem fez a contra-revolução foi Estaline que, sob os rótulos revolucionários, restabeleceu o czarismo.

Hoje, os verdadeiros comunistas são acusados de contra-revolucionários. E os verdadeiros contra-revolucionários apresentam-se com o rótulo de comunistas, quando, na realidade, são *imperialistas* russos.

## PALAVRAS DE VIDA!

## Uma bela afirmação da política do Estado Novo

«Somos tão condescendentes, que acriamos a quasi todas as inutilidades internacionais, mas não fazemos vida disso...»

Estas esplêndidas palavras, que se lêem nos últimos períodos do relatório das contas públicas de 1936, para mais escritas por um chefe, como Salazar, a quem não faltam mercê de Deus, todas as grandes qualidades de um Homem verdadeiramente excepcional e predestinado—sobeiramente o testemunha a sua gigantesca obra de ressurgimento nacional—constituem a síntese mais admirável daquela intransigente e nobilíssima política de verdade, que caracte-

teriza o programa do Estado Novo, e revelam, ao mesmo tempo, o alto grau de coerência, cheia de altiva dignidade, existente em todos os actos da nossa actual diplomacia, com reflexo profundo no tão perturbante momento europeu.

Com efeito, especialmente desde que Moscovo pretende transformar o país vizinho, à sua *imagem e semelhança*, num centro de influência soviética, que pudesse dominar a península, a prontos de lhe assegurar um determinado domínio no Mediterrâneo, importantíssimo, sob todos os pontos de vista, para a realização das suas ambições expansionistas; especialmente desde que algumas potências, num perfeito jôgo de *cabra-cega*, sem sólidos objectivos definidos e soluções rápidas e eficazes, vão gastando energias, perdendo tempo, com paliativos diplomáticos, que mais fazem alarmar a opinião pública

e encher de dolorosas interrogações a expectativa geral,—nós, os portugueses sob o comando de Salazar, triunfantes em toda a linha, pelo esforço do próprio braço e da fé nacional, *ainda que condescendendo com essas inutilidades*, até onde não perigue, como se compreende, a nossa razão de ser, ou o produto do ideal reconstrutivo, entendemos, todavia, que não podemos, nem devemos, *fazer vida disso*, isto é, paular o nosso procedimento por semelhantes, modêlos de comprovada insuficiência!

Ainda mais: assim como o pensamos e testemunhamos, dia a dia, por meio da «*realidade*» de factos *iniludivelmente concretos e positivos*, também julgamos que não temos o direito de enganar ninguém, antes o vamos dizendo, afoites e convictos, mais do que nunca coerentes com a altiva dignidade dos princípios, que informam a verdade da nova doutrina.

Meditem nisto todos os de boa vontade, e unam-se, cada vez com maior entusiasmo, em redor do Chefe e da sua obra!

A. da F.

## PALAVRAS E OBRAS

## A Nossa Peregrinação a Fátima

VI

Para os peregrinos que vão a Fátima, com fé e esperança nas milagrosas curas físicas, morais ou espirituais, o acto mais solene, mais comovente, mais emocionante, mais surpreendente, o que mais faz vibrar a nossa alma em frémitos de místicos arroubos e palpitar o nosso coração num ritmo de doces, de inefáveis eflúvios de santo e puro amor, é no momento de ser dada a bênção do S. S. aos doentes, cuja chuva de graças santificantes eles recebem com a alma e o rosto transfigurados por uma luz divina!

Quem há dentre vós, caros leitores, que me saiba explicar este mistério sobrenatural?

Até agora, ainda não encontrei no caminho luminoso da vida espiritual um teólogo, um moralista, um filósofo cristão, um sábio humanista ou clarividente, que me explicasse, cabalmente, estes fenómenos psíquicos, tal como o apóstolo S. Filipe explicou os mistérios da salvação e redenção ao Tezoureiro da Rainha da Etiópia.

E' que, os milagres como os mistérios não têm explicação possível. Aceitam-se como um dógma de fé.

Quantos pagãos, quantos ateus, quantos indiferentes, quantos perseguidores e detractores têm ido a Fátima, de caso pensado e opinião antecipada, para ridicularizar, para criticar, para amesquinhar esta grandiosa jornada de fé dos peregrinos e tudo o que de santo e sagrado se passa na Cova da Iria, nos dias 12 e 13 de cada mês?

E o que acontece e tem acontecido a muitos destes blasfemadores, que ali vão com a intenção preconcebida de lançar por terra a obra de Deus, que eles julgam ser obra dos homens?

Acontece-lhes o mesmo caso que se deu com S. Paulo na Estrada de Damasco: Numa rápida transição passaram de perseguidores a defensores da Mãe de Deus!

Eis o milagre, eis o misterio, eis o fenómeno sobrenatural, que nem os tocados pelas graças divinas sabem explicar!

Terminadas as cerimónias do dia 13, a Senhora regressou á sua humilde e alpendrada capelinha das aparições, onde todos os peregrinos, unidos em espirito, fomos dizr o ultimo (?) Adeus á Virgem e depôr a seus pés, como homenagem filial, a riquíssima bandeira, oferecida pelos operários e patrões da Fábrica Barcelense Ld.<sup>a</sup>.

É como segue e consta do respectivo programa, a comovente despedida que em nome de todos os peregrinos foi recitada pelo Sr. Marcelo Serrão da Veiga:

«SENHORA DE FÁTIMA! Acolhei no Vosso amantíssimo coração de Mãe Piedosa, a oferta que Vos fazemos das nossas almas!

Senhora! Fazei que sejamos sempre dignos da Vossa protecção e que a Chama Sagrada que em Vosso peito vive, seja sempre o farol rutilante, a apontar o caminho que até Vós conduzirá, todos os seres abandonados na voragem do proceloso mar da vida, em que a pobre humanidade se debate!

Senhora de Fátima! Ouvi-nos!  
Barcelos, em 13 de Julho de 1937.

Os operários da Fábrica de  
João Duarte & C.<sup>a</sup> Ld.<sup>a</sup>.

Mas a nossa romagem ainda não terminou, caros leitores. Após as rendidas homenagens á nossa Mãe Santíssima, fomos, a seguir, todos os peregrinos incorporados até á entrada do hospital, onde já nos esperava S. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> o Senhor Bispo de Leiria, para nos dar a sua bênção particular e receber as nossas homenagens de filhos espirituais.

Que nos disse o Senhor Bispo, num

Continua na 6.ª pagina

## O GOVERNO PORTUGUES CORTOU RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM A CHECO-ESLOVAQUIA

Continuado da 1.ª pagina

## O Governo de Praga dá uma quarta razão da sua atitude, seguida logo de várias outras

Em 4 de Agosto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Praga dava nova explicação da sua atitude—era necessário ao Governo checo verificar se a autorização de exportação de armamento para Portugal não seria tomada por outras potências ou pelo «Comité» de Londres como um desvio da linha politica adoptada pela Checo-Eslováquia, acerca dos negócios de Espanha.

Com alguma variante, esta última explicação foi, por ordem do sr. Benès, Presidente da República, dada pelo ministro checo ao Embaixador de Portugal em Londres.

Sem embargo destas declarações, em 5 de Agosto, o Governo checo respondeu da seguinte forma á reclamação do Governo Portuguez. Contesta que tivesse tomado uma decisão definitiva; diz que a condição de exportação deveria ser a certeza de que o armamento não seria cedido em nenhum caso á Espanha; os dois Governos deveriam determinar, por acôrdo, a maneira de se alcançar esta certeza; em todo o caso, diz, o Governo checo repudia a suposição de uma desconfiança quanto ás garantias dadas pelo Governo Portuguez. Acrescenta, e pela primeira vez invoca esta razão, que as demoras do lado checo provinhão da necessidade de verificar se os prazos do contrato entre a fábrica e o Governo Portuguez são compatíveis com as necessidades do armamento do Estado checo; por fim, o Governo de Praga necessitava verificar se a entrega deste material não seria considerada como contrária á «politica de entendimento prévio com outras potências sobre todas as questões relativas ao problema espanhol». Termina o Governo checo por se queixar da atitude do Governo Portuguez e só julga possível recommençar negociações se o Governo Portuguez revogar o seu despacho relativo ás casas checas, mas não toma qualquer compromisso.

Para que até final se mantivessem as contradições, esta nota foi acompanhada de declaração verbal de que, para entrega, em Setembro, de 600 metralhadoras, seria dada autorização. Quanto á parte restante, seriam examinados os prazos (declaração do Ministro checo em Lisboa), mas não a conhecendo ainda as estações officiais checas (!) poderia ser contrária ás necessidades da defesa nacional (declaração feita em Praga ao nosso Ministro).

## O Governo Português, convencido de que não podia tratar com o checo, chama o seu Ministro em Praga

Estes os factos. Cumpriu ao Go-

verno tirar deles o seu verdadeiro significado. Uma recusa de autorização para exportação de armamento baseada nas necessidades nacionais checas nada teria de ofensivo para o Governo Portuguez (outros as tem feito); uma discordância quanto aos prazos seria discutível, mas, se bem que inexplicável nas circunstâncias da encomenda, aceitável. O que não o é, o que o Governo Portuguez não julga compatível com as relações de amizade entre dois Estados, nem sequer com a correcção a que são obrigadas as chancelarias entre si, é a série de fundamentos insubsistentes, insuficientes, dilatatórios e contraditórios uns com os outros, alegados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de um país e pelo seu próprio chefe para justificar uma atitude de suspeição assumida em relação a um país com o qual se diz estar em relações amistosas. O Governo Portuguez orgulha-se de usar da máxima correcção para com todos os países com que mantém relações; a nenhum quere agravar; as suas amizades preza-as altamente e não conhece pressões que o obriguem a faltar ao que lhes deve. De todos os outros países só deseja e espera reciprocidade. Não a encontrou, porém, da parte do Governo checo ao qual não cessara de manifestar sentimentos amistosos, e desejo de desenvolvimento das relações económicas como ainda há pouco fôra afirmado no Ministério dos Negócios Estrangeiros ao representante checo recém-chegado a Lisboa. Nestas condições e a seu grande pesar, o Governo Portuguez ve-se obrigado, por uma questão de brio nacional, a reconhecer que não se justifica a manutenção das relações diplomáticas existentes entre Portugal e a República da Checo-Eslováquia, e logicamente, resolveu fazê-las cessar. Nesta conformidade, o Ministro de Portugal em Praga sr. dr. José da Costa Carneiro, recebeu ordem de retirar com o pessoal da Legação para Viena, onde está acreditado.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros checo, ao receber a comunicação da resolução do Governo Portuguez, disse ao Ministro de Portugal que a sua nota era aceita, apenas, a titulo condicional, pois o Ministro checo em Lisboa fôra encarregado de apresentar uma proposta ao Governo Portuguez, que desfaria o incidente.

Não quiz o Governo deixar de dar mais uma prova do seu espirito temporizador, prestando-se a examinar qualquer iniciativa do Governo de Praga, que pudesse convence-lo de ter dado errada interpretação ás atitudes assumidas para com Portugal. Aguardou, pois, quarenta e oito horas, comunicação do representante checo em Lisboa, destinada a provar os verdadeiros sentimentos do Governo checo.

A comunicação foi, com efeito, apresentada. O Governo de Praga mantém a sua recusa á aprovação

dos prazos ajustados com a fábrica do Estado Checo, que declara, agora, incompatíveis com o rearmamento a que a Checo-Eslováquia está procedendo (de canhões e aviões). Dentro dos prazos ajustados, só pode ser sentida a exportação de metralhadoras de um tipo mais antigo do que o recolhido pelos técnicos militares portugueses.

Como logo foi observado pelo Ministro de Portugal, pretendia-se substituir as razões de ordem politica por uma razão de ordem técnica, que, até agora, não fôra, sequer, invocada. E nem sequer foram indicados quaisquer prazos em que o contrato poderia ser cumprido. Estava tirada a última prova do carácter puramente dilatatório da diligencia checa. Só havia que seguir o caminho já traçado. Nessa conformidade, o Ministro de Portugal em Praga retirou, ontem, para Viena. Os interesses portugueses ficaram confiados ao representante de Itália, que se dignou aceitar esse encargo, devidamente autorizado pelo seu Governo.

O sr. Fiedler, Ministro checo em Lisboa, foi informado, pelo Ministerio dos Negócios Estrangeiros, de que lhe estão asseguradas todas as imunidades e diferenças que a cortezia internacional dispensa, pelo tempo que lhe for necessário, para preparar e efectivar a sua partida.—19-VIII 1937.

## DR. TEOTONIO FONSECA

Já se encontra nesta cidade restabelecido dos seus incomodos o nosso excellentissimo amigo sr. Dr. Teotónio José da Fonseca, Conservador do Registo Predial que já reassumiu as funções de Juiz da comarca.

## LUZ E MUSICA

Nos locais onde não existe Electricidade obtem-se com facilidade por meio de um gerador eléctrico com motor a gazolina.

CONSULTEM

**AUGUSTO GONÇALVES**  
ELECTRICISTA

Campo 5 de Outubro — BARCELOS

VENDE MATERIAIS ELÉCTRICOS E EXECUTA COM PERFEIÇÃO TODOS OS SERVIÇOS RESPEITANTES A ELECTRICIDADE.

## BALANÇA DECIMAL

Uzada, compra-se. Informa esta redacção.

## COLÉGIO DE SANTA ANA

LARGO JOSÉ NOVAIS — BARCELOS

## INTERNATO, SEMI-INTERNATO E EXTERNATO

missão ao liceu; curso do liceu; labores, arte aplicada, piano.

Está aberta a inscrição, todos os dias úteis das 10 ás 12 horass e ás quintas-feiras das 10 ás 12 horas e das 15 ás 18 e meia horas

Aceitam-se meninos para classe infantil e instrução primária cujas aulas funcionarão em casa áparte e em regime de separação de sexos.

Curso infantil; instrução primária com especial preparação para o exame de ad-



